



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM RESIDÊNCIA AGRÁRIA EM
EXTENSÃO RURAL

CINTHIA CRISTINA SANTOS FONTES

A RELAÇÃO DO HOMEM COM A NATUREZA: A EXPERIÊNCIA DE
CONVIVÊNCIA DA ARTICULAÇÃO SEMIÁRIDO ALAGOANO

ARAPIRACA

2016

Cinthia Cristina Santos Fontes

A relação do homem com a natureza: a experiência de convivência da articulação semiárido
alagoano

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pós Graduação *Latu Sensu* em Residência Agrária e Extensão Rural da Universidade Federal de Alagoas – *Campus* Arapiraca, como parte dos requisitos para obtenção do título de Pós Graduação *Latu* Residência Agrária Extensão Rural.

Orientador: Prof^ª Lays Elizabett Ferreira Barros

Arapiraca

2016



Universidade Federal de Alagoas – UFAL
Campus Arapiraca
Biblioteca Campus Arapiraca - BCA

F683r

Fontes, Cinthia Cristina Santos

A relação do homem com a natureza: a experiência de convivência da articulação semiárido alagoano/ Cinthia Cristina Santos Fontes. – Arapiraca, 2016.

28 f.

Orientador: Prof^a Lays Elizabett Ferreira Barros.

Trabalho de Conclusão de Curso – (Pós-Graduação em Residência Agrária em Extensão Rural). - Universidade Federal de Alagoas, *Campus Arapiraca*, Arapiraca, 2016.

Disponível em: Universidade Digital (UD) – UFAL (*Campus Arapiraca*).

Referências: f. 28.

1. Semiárido - Alagoas 2. Tecnologias sociais 3 Políticas públicas I. Barros, Lays Elizabett Ferreira II. Título.

CDU 63

Cinthia Cristina Santos Fontes

A relação do homem com a natureza: a experiência de convivência da articulação semiárido
alagoano

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pós Graduação *Latu Sensu* em Residência Agrária e Extensão Rural da Universidade Federal de Alagoas – *Campus* Arapiraca, como parte dos requisitos para obtenção do título de Pós Graduação *Latu* Residência Agrária Extensão Rural.

Aprovado em: 19 março de 2016.

Banca examinadora

Documento assinado digitalmente
 LAYS ELIZABETT FERREIRA BARROS
Data: 21/09/2022 08:21:06-0300
Verifique em <https://verificador.itl.br>

Profª. Lays Elisabett Ferreira Barros
Presidente da banca e orientador

Documento assinado digitalmente
 CICERO GOMES DOS SANTOS
Data: 10/09/2022 09:26:24-0300
Verifique em <https://verificador.itl.br>

Prof. Dr. Cicero Gomes dos
Santos
Examinador 01

Documento assinado digitalmente
 ADRIANA GUIMARAES DUARTE
Data: 14/09/2022 14:49:18-0300
Verifique em <https://verificador.itl.br>

Profª. Adriana Guimarães Duarte
Examinadora 02

Dedico ao povo acolhedor e lutador do
semiárido alagoano ao qual tive a honra de
conviver e muito aprender.

AGRADECIMENTOS

Gratidão palavra cheia de sentido para mim este ano. Agradeço, primeiramente ao meu avô, Antônio Gomes dos Santos – vulgo Toinho Pescador, grande lutador e militante em defesa do Velho Chico, pessoa que me despertou o interesse por estudar tais causas dos movimentos sociais, em minha monografia como objeto de pesquisa o Rio São Francisco e na especialização a Articulação do Semiárido Alagoano – ASA/AL.

Gratidão aos diversos povos do semiárido ao qual me acolheram e ensinaram sobre um saber singular e necessário para todos/as nós detentores do tal “saber superior”. Este saber não qualifica pelos títulos, mas pela experiência de vida.

Gratidão aos companheiros/as de curso, foram 02 (dois) anos intensos em que desconstruímos e construímos verdades sobre diversas temáticas para alguns desconhecidas.

Gratidão aos professores que passaram por cada disciplina e muito colaboraram para esse processo de aprendizagem.

Gratidão à coordenação do Curso, professores Cícero Adriano e Sandra Lyra os quais acreditaram nesse projeto inovador e desafiador para a Universidade e que cumpri com o tripé essencial para produção do conhecimento: Ensino – Pesquisa - Extensão.

Gratidão ao Professor Cícero Albuquerque, companheiro de luta e que esteve presente na prática vivenciando e colaborando com o conhecimento da Universidade para com os Movimentos Sociais.

Gratidão a Orientadora Lays Barros a qual gentilmente aceitou me orientar depois de tantas adversidades que passei. Pessoa que pouco conheço, mas de uma atenção e colaboração inegáveis. Ela soube transparecer o que há de melhor neste processo de orientar.

Aos familiares e amigos que estiveram sempre presentes nessa caminhada de militância acadêmica e de vida.

Gratidão, por último, mas essencial: a Classe Trabalhadora!

RESUMO

Quando se pensa no semiárido brasileiro a imagem que nos é passada é de uma região hostil, solo rachado, pessoas e animais definhando. “O semiárido brasileiro é um tesouro que aprendeu-se a não enxergar, por questões historicamente difundidas e que hoje fazem parte de uma visão cultural extremamente arraigada.” (FONTES, 2010, p.10). As secas são fenômenos naturais do Nordeste; desse modo, não há como combatê-las. Todavia, seus efeitos podem ser enfrentados com tecnologias sociais apropriadas, tornando dessa forma, possível a convivência do homem com o semiárido. A realidade do semiárido brasileiro apresenta potencialidades para a produção e não está fundamentalmente condicionada à miséria. É um cenário de paisagens distintas, cuja razão de ser encontra-se na distribuição irregular das chuvas. Apesar de as desigualdades sociais e o domínio político das elites conservadoras serem marcas de todo Nordeste, em Alagoas essas características se expressam de forma mais contundente. E, particularmente na região semiárida, um atraso na política, com raízes em práticas como coronelismo, apadrinhamento político e continuísmo de algumas poucas famílias no poder. Em contrapartida, a concentração da terra e renda está nas mãos dessa minoria, caracterizando a necessidade da reforma Agrária e da demarcação dos territórios tradicionais, indígenas e quilombolas. Deste modo, conduzimos nossa investigação para tentar responder às seguintes indagações: como se dá essa relação entre o homem e natureza no semiárido? Quais os pontos fortes e fracos desta convivência trazida pela ASA Alagoas? O trabalho foi desenvolvido a partir da minha experiência prática nos diversos espaços coletivos da Articulação Semiárido Alagoano, desde o âmbito microrregional até o nacional, a que os membros desta rede estiveram presentes; Realizamos em um segundo momento reuniões em todas as Asas municipais, porém o foco principal foram as reuniões mensais nas microrregiões, espaço de discussão política e busca coletiva de soluções para alguns problemas apresentados nesta realidade.

Palavras-chave: semiárido; tecnologias sociais; políticas públicas; coronelismo.

ABSTRACT

When we think of the Brazilian semi-arid region, the image that is given to us is of a hostile region, cracked soil, people and animals languishing. “The Brazilian semi-arid region is a treasure that we learned not to see, due to historically widespread issues that today are part of an extremely ingrained cultural vision.” (FONTES, 2010, p.10). Droughts are natural phenomena in the Northeast; so there is no way to fight them. However, its effects can be faced with appropriate social technologies, thus making it possible for man to live with the semiarid region. The reality of the Brazilian semiarid region has potential for production and is not fundamentally conditioned to misery. It is a scenario of distinct landscapes, whose reason for being lies in the irregular distribution of rainfall. Although social inequalities and the political dominance of conservative elites are hallmarks of the entire Northeast, in Alagoas these characteristics are expressed more forcefully. And, particularly in the semi-arid region, a backwardness in politics, with roots in practices such as coronelismo, political patronage and continuity of a few families in power. On the other hand, the concentration of land and income is in the hands of this minority, characterizing the need for agrarian reform and the demarcation of traditional, indigenous and quilombola territories. In this way, we conducted our investigation to try to answer the following questions: how does this relationship between man and nature take place in the semiarid region? What are the strengths and weaknesses of this coexistence brought by ASA Alagoas? The work was developed from my practical experience in the various collective spaces of the Alagoas Semiarid Articulation, from the micro-regional to the national scope, where the members of this network were present; In a second moment, we held meetings in all the municipal Wings, but the main focus was the monthly meetings in the microregions, a space for political discussion and collective search for solutions to some problems presented in this reality.

Keywords: semiarid; social technologies; public policy; coronelismo.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	08
2	OBJETIVOS	11
2.1	Geral	11
2.1.1	Específicos.....	11
3	REFERÊNCIAL TEÓRICO	12
3.1	Um pouco de história.....	12
3.1.1	A relação harmônica do homem com a natureza: o exemplo do povo semiárido alagoano	12
3.1.2	As políticas públicas para o semiárido: combater ou conviver?	13
3.2	A asa branca que surge no semiárido: o símbolo da esperança	15
3.2.1	A ASA e sua proposta de convivência	15
3.2.2	ASA alagoas: uma experiência a se contar.....	19
3.3	O saber popular e o saber acadêmico: combinação possível.....	22
4	MATERIAL E MÉTODOS	26
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
	REFERÊNCIAS	29

1 INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso e Pojeto de intervenção intitulado: *“A relação do homem com a natureza: a experiência de convivência da Articulação Semiárido Alagoano”*. A escolha desse tema deu-se pelo trabalho realizado enquanto assessoria pedagógica da Asa Alagoas desenvolvida nas quatro microrregiões do semiárido alagoano (Agreste, Médio Sertão I, Médio Sertão II e Alto Sertão) de 2014 a 2015.

Outro aspecto que motivou a pesquisa foi a possibilidade em contribuir de forma crítica e empírica, com os diversos atores/atrizes que colaboram com uma relação mais harmônica do ser social com a natureza, discussão esta iniciada com meu Trabalho de Conclusão de Curso da Graduação em Serviço Social (FONTES, 2010), o qual tratei, no último capítulo, sobre os movimentos de resistência para além das políticas de combate a seca, e o principal movimento contrário a isso, foi a rede ASA, a qual tive a honra de fazer parte e experienciar tal objeto de pesquisa.

Segundo as publicações da Articulação do Semiárido brasileiro (ASA). A região semiárida ocupa em torno de 18% do território brasileiro e abriga mais de 23 milhões de habitantes, concentrando também a maior parte da população rural, 53% da região nordeste e 46,5% do estado de Alagoas são considerados regiões semiáridas.

O semiárido alagoano está localizado nas regiões do Agreste e do Sertão, presente em trinta e seis municípios, a saber: Arapiraca, Lagoa da Canoa, Craíbas, Girau do Ponciano, Igaci, Traipú, Palmeira dos Índios, Quebrangulo, Estrela de Alagoas, Cacimbinhas, Minador do Negrão, Major Isidoro, Batalha, Jacaré dos Homens, Monteirópolis, Belo Monte, Pão de Açúcar, Palestina, Jaramataia, Olivença, Olho d'Água das Flores, Santana do Ipanema, Poço das Trincheiras, Ouro Branco, Maravilha, São José da Tapera, Senador Rui Palmeira, Carneiros, Delmiro Gouveia, Piranhas, Olho d'Água do Casado, Água Branca, Canapí, Inhapi, Mata Grande e Pariconha.

A Articulação Semiárido Brasileiro – ASA é rede de entidades e movimentos populares da sociedade civil organizada. Foi fundada no ano de 1999 e atua nos 09 Estados do Nordeste e parte de Minas Gerais. Em Alagoas esta Articulação, desenvolve Programas de Formação e Mobilização Social para a Convivência nas quatro microrregiões que constituem o Semiárido alagoano (Alto Sertão, Médio Sertão, Bacia Leiteira e Agreste), envolvendo cerca de 30 municípios.

Desde que foi constituída no estado, a Articulação do Semiárido procura agregar o maior número e os mais variados tipos de organização. Dentro desta rede, estão presentes igrejas,

associações, cooperativas, sindicatos, ONGs e movimentos populares de agricultores/as camponeses, grupos de mulheres, entre outros.

Estas organizações, compõem os 03 (três) âmbitos de atuação da ASA - Municipal, Microrregional e Estadual. A ASA Municipal é o fórum que reúne o maior número de organizações, mas elege uma comissão menor, composta normalmente por um representante de cada seguimento. Dessa comissão são retirados, geralmente, 02 representantes para formar o fórum microrregional.

E foi a partir da reflexão sobre sua missão nos diversos fóruns que problematizamos se a mesma reflete e atende atualmente a realidade retratada e vivenciada nas reuniões. Missão: *“Fortalecer a sociedade civil na construção de processos participativos para o desenvolvimento sustentável e convivência com o Semiárido, referenciados em valores culturais e de justiça social”*.

Percebemos que tal articulação tem um diferencial na atuação em rede que é priorizar a participação social, a troca de experiências em diversos aspectos (cursos de capacitações, formações de educadores, boletins informativos, vivências práticas, intercâmbios, reuniões, etc).

Os dois projetos de destaque desta articulação é o P1MC - O programa Um Milhão de Cisternas, atua no Semiárido alagoano desde o ano de 2000 e, até então, beneficiou cerca de 30 mil famílias com a organização e mobilização para a construção de cisternas de placa para água de consumo humano. Seu principal objetivo é garantir água de qualidade às famílias para beber e cozinhar nos períodos de estiagem. Combatendo, além da dependência dos carros pipa, doenças transmitidas através da água contaminada. A cisterna familiar armazena até 16 mil litros de água. O outro programa é o P1+2 Programa Uma Terra e Duas Águas é um complemento ao P1MC. A família, que já possui a água para o consumo humano, com este programa, passa a ter então a segunda água - esta para a produção de alimentos. O P1+2, atua no semiárido alagoano desde 2007 com a implantação de Cisternas-calçadão, Cisternas-enxurrada, Barraginhas, tanques de pedra.

A ASA tem como diretriz a universalização e democratização do acesso à água para abastecimento humano, animal e para produção apropriada no semiárido, priorizando o uso de tecnologias sociais alternativas e metodologias participativas, que envolvam a população na gestão dos recursos hídricos. Nessa perspectiva, entende que, mais importante que uma tecnologia de captação da água, é a participação ativa das pessoas na conquista do direito ao acesso a água. Com essa compreensão a ASA dissemina a experiência de cisterna, por utilizar uma tecnologia simples, de baixo custo econômico e alto valor social, que promove a

independência, a autonomia e o empoderamento das pessoas e grupos.

Não diferente de outras áreas semiáridas do Brasil, em Alagoas a ASA tem realizado atividades de intercâmbios de experiências entre agricultoras e agricultores, fortalecendo a constituição de espaços específicos para tratar de questões que envolvem conhecimentos e práticas de convivência com o Semiárido, com base na valorização dos saberes acumulados pelas famílias e pelos povos e comunidades tradicionais. Todavia, a percepção comum de todas as microrregiões é que tais experiências são ainda incipientes, necessitando que as entidades componentes da ASA tenham uma atenção especial aos povos tradicionais e promovam momentos mais sistemáticos de diálogos com os grupos, tendo a carta de princípios da rede como norteadora.

Convergindo com esta proposta, tal rede atua de forma estratégica com os grupos de trabalho – GT que também são suas bandeiras de luta. Dentre eles, há o GT de Agroecologia, o qual busca, através da mobilização das entidades, estimular práticas agroecológicas e ampliar as discussões de meio ambiente nos diversos espaços da ASA.

Por fim demonstraremos que tais atores/atrizes sociais são agentes transformadores da realidade, mesmo que de forma peculiar, mas colaboram de forma cooperada e associada para o processo, complexo e lento de contrapor as leis dominantes desta sociabilidade que utiliza do discurso de desenvolver para prosperar, mas que na verdade é desenvolver para depredar a natureza e o homem. E este espaço de reunião, que são as asinhas municipais, são de fundamental importância para potencializar esses processos mobilizatórios e ampliar a participação para conviver no semiárido.

O principal público a ser alcançado por esta proposta será a significativa massa de agricultores familiares e jovens envolvidos nas discussões da microrregião do médio sertão I da ASA e seus parceiros. Indiretamente técnicos, as entidades parceiras, educadores e educadores, comunicadores populares, coordenadores e animadores de campo. Eventualmente, no decorrer do processo, poderão ser firmados termos de parcerias com outras instituições que apresentem interesse em participar da iniciativa, bem como os projetos de extensão e pesquisa da academia e organizações.

2 OBJETIVOS

2.1 Geral

Os objetivos gerais da proposta centram-se na divulgação de práticas agroecológicas desenvolvidas principalmente no semiárido alagoano; analisar de forma crítica como se dá essa relação do homem com a natureza a partir de experiências concretas da rede ASA/AL.

2.1.1 Específicos

- Garantir processo continuado de discussões através de temas geradores, construídos coletivamente;
- Criar espaços de discussões e trocas de experiências nos diversos municípios da rede;
- Fomentar as discussões referente a importância de atrelar o saber popular com a universidade.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Um pouco de história...

3.1.1 A relação harmônica do homem com a natureza: o exemplo do povo semiárido no semiárido alagoano

A importância da história, objetivo de nos ajudar a entender e desvelar o real, ou seja, a história situa o sujeito na realidade que é uma “construção social” (BERGER; LUCKMAN). Para tanto se faz necessário compreender tal realidade em sua totalidade e apreende-se com tais afirmações que o homem é agente transformador da realidade social, porém isso só é possível através do trabalho.

Sendo assim: A essência mesma do ser humano é a transformação da natureza mediante o trabalho. Essa relação do corpo físico e social da espécie humana com seu entorno foi sempre dialética. Por um lado, a sociedade modificava seu meio ambiente. Por outro, devia-se adequar a um entorno permanentemente modificado. Esse movimento contraditório conduziu, desde o início, à reflexão sobre tal atividade. Por isso, ao lado do desenvolvimento de formas de organização social e de técnicas que permitiram incremento na produtividade do trabalho social e na utilização de um espaço físico cada vez mais amplo, criavam-se formas de organização social e técnicas para conseguir que a natureza modificada mantivesse o equilíbrio necessário para ofertar os recursos imprescindíveis à sobrevivência (FOLADORI, 2001, p. 107).

Contudo, a análise da relação da espécie humana com o meio ambiente não deve pressupor uma relação homogênea, pelo contrário, é preciso analisar a sociedade como sendo diferenciada, conflituosa, e a interação desta com o meio ambiente se dá através de classes sociais e grupos, seja em aliança ou em oposição, com possibilidades e interesses muitas vezes opostos.

Pouco se teria a inventar, mas muito a aprender com a diversidade da sua natureza, pensando conceitualmente na semi-aridez como vantagem. A prioridade natural do uso da terra e a harmonia necessária entre os animais e o ambiente apontam para a concepção de sistemas de produção específicos, permanentes, que devem começar pela escolha das espécies apropriadas, sejam de animais, sejam de vegetais.

A real função social da terra, que as primeiras civilizações conseguiram demonstrar que é possível e nós devemos perceber e lutar para superação desta sociabilidade regida pela lógica

do lucro, ou seja, transforma todos nossos bens essenciais a manutenção da vida, em bens de mercado. “Eles viviam de caça e pesca, colhiam sementes, frutas, raízes e plantavam pequenas roças, por exemplo, de mandioca. Eles sabiam se adaptar ao entorno natural e se multiplicavam e sabiam se sustentar só eles e a Natureza, sem necessidade de programas de emergências, cestas básicas ou bolsas família”.

Não podemos discutir a questão dos latifúndios, da terra como mercadoria e da degradação ambiental, sem antes perpassar a gênese da propriedade privada o que originou nas sociedades de classes, em especial a capitalista, pois está é a raiz da questão.

Estamos em um país que historicamente tem uma luta pela terra e território. Principalmente pelos indígenas e os quilombolas. A distribuição de terra é alarmante desigual e em Alagoas a questão agrária, isso se agrava quando cerca de 5% da população da região detém mais de 50% da renda, 18% das matas e terras produtivas não utilizadas; 21% das terras usadas para o monocultivo da cana de açúcar. Este é o modelo construído historicamente: agronegócio, senhores de engenho e latifúndios.

Para que se alcance a construção de um desenvolvimento sustentável é preciso para o semiárido, articular as experiências e projetos que vem dando certo em diversos lugares dessa região e articular a políticas públicas que tenham como principal foco a participação da população, que aqueles que vivem e já convivem com o semiárido possam ter voz e vez para junto com estudiosos, organizações políticas, pesquisadores, entre outros. Essa proposta é o que discutiremos no próximo tópico.

3.1.2 As políticas públicas para o semiárido: combater ou conviver?

Historicamente o que vemos são falsas visões do semiárido e as políticas assistencialistas que ainda insistem em ter, sejam denunciadas e que novas experiências e visões sejam disseminadas, mas de forma organizada, participativa, contextualizada.

E como também os diversos projetos e propostas de convivência com o semiárido transformem em políticas públicas para que o trabalho não possa ser interrompido /ou até finalizado por vontades políticas.

Continuamos, mesmo que inconscientemente, reproduzindo práticas e medidas paliativas com o povo do semiárido e devemos demonstrar e valorizar aquilo que eles já sabem e sempre faziam que é da viabilidade desta região e da riqueza, através de experiências de agricultores experimentadores, grupos e associações de beneficiamento e convivência com a região. Emancipar quem sempre foi, mas que desconstruiu essa possibilidade.

Vale frisar, que as políticas para o semiárido devem levar também em consideração aspectos, que são peculiares a outras políticas, como a preocupação em trabalhar e ter como horizontes: a educação contextualizada, ideias e objetivos pautados em práticas agroecológicas, na distribuição da terra e principalmente em ter acesso a água, o bem mais precioso da humanidade, como um Direito Universal. Esse é o entendimento do que deve se pautar uma política de convivência com o semiárido.

Porém vale destacar que há um modelo emergente atualmente que é o modelo de desenvolvimento alternativo: sociedade civil organizada, onde se discute desenvolvimento sustentável que priorize os pequenos agricultores e camponeses. Podemos destacar o trabalho desenvolvido ao longo destes 15 anos pela Articulação Semiárido Brasileiro. Um dos grandes desafios é fazer com que esse debate, de forma articulada oriente as políticas públicas, discutir um projeto ativo que valorize o saber popular.

“As famigeradas ‘frentes de serviço’ ou cestas básicas em anos de grandes secas não existem mais. Porém, o conceito por trás continua existindo, ficou mais moderno, mais fácil de administrar pelo Governo, em forma de bolsa família, seguro safra, bolsa estiagem, etc.: dar ao povo alguma gorjeta para que ele possa sobreviver, mas sem retirar a causa fundamental que é a inadequada estrutura fundiária.” (SCHISTEK, p. 21).

Segundo Galindo (2003, p. 42) (...) as estratégias de desenvolvimento do semiárido só contavam no passado com a voz do Estado, que orientou as políticas para a região na ideia do combate à seca, com um viés produtivista.

Enfim, resistência e solidariedade têm marcado a região semiárida alagoana, numa afirmação de que os problemas estruturais e conjunturais – econômicos, políticos, sociais e culturais – persistem e precisam ser enfrentados. Porém, formas de trocas – de saberes, de práticas, de crenças, de experiências, de animais, de sementes, de animação – fazem parte do patrimônio cultural e histórico da população da região e são fundamentais na construção das estratégias e formas de luta por um semiárido sustentável.

Na década de 90 os movimentos sociais, especialmente as ONG's, chamado de terceiro setor, como bem coloca Montão ganham espaço no cenário das políticas públicas no Brasil, especialmente no semiárido brasileiro. Porém essa incidência não ocorreu do nada, tem relação direta com a política neoliberal implementada por Collor e que ganhou forma com FHC.

As políticas sociais destacam-se como uma valorização das famílias, sobretudo das mulheres, na autoestima e cidadania reconhecida. Na última década, há um visível aumento no acesso a créditos e a programas voltados para a comercialização dos produtos agrícolas e pecuários. Contudo ainda, geram o endividamento do/a agricultor/a e estimula os pacotes

tecnológicos da agricultura voltada para os agrotóxicos.

Pois compreendemos que são muitos os avanços, assim como os desafios. Em Alagoas, as políticas de convivência têm sido negligenciadas pelos governos locais e ainda são encaradas como de “combate a seca”, o que descaracteriza a luta das organizações sociais. Nos últimos tempos, temos acompanhado o dilema das famílias, na luta pela garantia das sementes, produção e comercialização dos seus produtos.

3.2 A asa branca que surge no semiárido: o símbolo da esperança

3.2.1 A ASA e sua proposta de convivência

A Articulação Semiárido Brasileiro – ASA “é uma rede que defende, propaga e põe em prática, inclusive através de políticas públicas, o projeto político da convivência com o Semiárido. É uma rede porque é formada por mais de três mil organizações da sociedade civil de distintas naturezas – sindicatos rurais, associações de agricultores e agricultoras, cooperativas, ONG’s, Oscip, etc”.

As entidades que integram esta rede estão espalhadas por todo o semiárido brasileiro divididos nos 10 estados (Minas Gerais, Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Maranhão). Esta tem como missão fortalecer a sociedade civil para construção de processos participativos e isto é possível através da mobilização social, palavra chave nesse processo.

Mas como surgiu essa rede?

O surgimento da ASA está diretamente relacionado ao processo de mobilização e fortalecimento da sociedade civil no início da década de 1990. Um dos mais marcantes foi a ocupação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), em 1993, com o objetivo de pautar a convivência com o Semiárido em contraposição à política governamental vigente na época.

Já em 1999, paralelamente à 3ª Conferência das Partes da Convenção de Combate à Desertificação e à Seca (COP3) da Organização das Nações Unidas (ONU), realizada no Recife-PE, as organizações lançaram a Declaração no Semiárido Brasileiro.

Considerado um documento de ruptura com a filosofia e as ações do combate à seca, a Declaração aponta medidas estruturantes para o desenvolvimento sustentável da região, pauta um conjunto de medidas políticas e práticas de convivência com o Semiárido e, nesse contexto,

propõe a formulação de um programa para construir um milhão de cisternas no Semiárido Brasileiro.

Ela surgiu da necessidade primeira e essencial do direito a água. Através de metodologias participativas podemos realizar, nas diversas regiões e nos diversos espaços uma linha do tempo em que os diversos atores/atrizes sociais contaram um pouco de como se deu esse processo. Esta rede surge em 1999, através da COP 3, em um espaço que discutiam o combate à desertificação e através de diversos movimentos sociais foi possível que já discutiam essa temática muito antes de 99. Esta data é apenas um marco histórico para esta rede. Assim em 2002 a ASA desenvolve o Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido, que é o guarda chuva, assim dizer dos outros programas Um Milhão de Cisternas, Uma Terra e Duas Águas, Cisternas nas Escolas, Sementes, Comunicação Popular, etc.

Para ser cada vez mais plena, a proposta de convivência com o Semiárido se pauta também em preceitos, valores e práticas da Agroecologia, da Economia Popular e Solidária, da Educação Contextualizada, da Comunicação Popular, da Segurança Alimentar e Nutricional entre outras temáticas.

As experiências desenvolvidas por essa rede mostra que é possível pautar um outro semiárido oposto daquele apresentado pelas políticas assistencialistas que só alimenta o ideário da indústria da seca. Tais experiências reforçam a permanência e as inúmeras possibilidades de viver com segurança alimentar nesta região. “Elas revelam a possibilidade de estabelecer novas relações entre Estado e sociedade civil, nas quais o Estado assuma o papel de apoiar as iniciativas autônomas e criativas, gestadas no seio da sociedade.”

A gestão das ações e recursos da ASA são descentralizadas e autônomas, ou seja, ela se dá através das necessidades e particularidades de cada região e é a sociedade civil organizada que irá apresentar tais demandas. Segundo aqueles que coordenam tal rede esse é o sucesso para que ela já tenha 15 anos de história e de muita luta.

Esta rede ocupa diversos espaços/ fóruns de proposição e controle de políticas públicas: Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO); Comitê Consultivo do Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); Comitê de Desenvolvimento Territorial (CDT) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf) ; Comitê Gestor do Projeto Dom Hélder Câmara (PDHC) ; Comitê Gestor do Projeto Marco Regulatório para as Organizações da Sociedade Civil (OSCs); Comitê Gestor Garantia Safra; Comitê Nacional dos Fundos Solidários; Comitê Técnico de Tecnologias Sociais do Programa Cisternas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); Conselho

Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf); Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES); Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea); Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (FBSAN); Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Social; Núcleo Executivo da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA); Ponto Focal Nacional da Sociedade Civil para o Combate à Desertificação (Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos das Secas - UNCCD) e Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários.

Para apoiar legalmente as ações da ASA, foi criada em 2002 a Associação Programa Um Milhão de Cisternas (AP1MC). Pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, educacional, ambiental e filantrópico, a AP1MC é qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), junto ao Ministério da Fazenda.

Os programas das ASA: O P1MC, já construiu 578.336 cisternas rurais, até 11 de novembro de 2015. Este foi o primeiro programa desta rede, iniciado em 2000, seu principal objetivo era o garantir acesso a água de qualidade para população do semiárido brasileiro.

Esta ação tem impacto importante na ruptura do poder das cercas, pois além do acesso ele descentraliza a água visto que as famílias passam a ter água no pé da sua casa, através desta tecnologia social (cisternas de placa). Reduzindo a necessidade de açudes nas terras de particulares. Assim,

o P1MC possibilita inúmeros avanços não só para as famílias, mas para as comunidades rurais como um todo, como o aumento da frequência escolar, a diminuição da incidência de doenças em virtude do consumo de água contaminada e a diminuição da sobrecarga de trabalho das mulheres nas atividades domésticas. (FONTES, p. 62, 2010)

A experiência do P1MC aponta um caminho novo para a construção das políticas públicas, pois demonstra uma ação que nasce da sistematização de experiências locais e da mobilização da sociedade civil para propor uma política pública efetiva e abrangente para o Semiárido, que garante o direito das populações rurais de ter água de qualidade para o consumo.

Mas deve-se a uma questão social: a concentração injusta desse bem nas mãos de uma minoria, que dela faz sua propriedade, privando a quase totalidade da população de utilizá-la até para saciar suas necessidades básicas.

As medidas emergenciais de combate à seca adotadas ao longo dos anos, como os grandes açudes e poços, são ineficazes e objetos de manipulação política e eleitoral das comunidades. Eles promovem a concentração e não a democratização da água. A concentração da água está, indissociavelmente, ligada à concentração da terra. Os latifúndios, os grandes

projetos do agronegócio, as grandes e tradicionais fazendas de gado são estruturados numa injusta distribuição de terras e de água.

Os princípios metodológicos que orientam a ação do P1MC garantem a mobilização e a formação das famílias e comunidades rurais como eixo fundamental da ação do programa. Incluir a participação das famílias em cada etapa do processo contribui para a construção do entendimento de que a água é um direito e a cisterna é uma conquista da família.

Além disso, as famílias vivenciam um modo completamente novo de acessar políticas e serviços públicos em suas comunidades. Ao invés de ações que chegam prontas e para as quais não são sequer consultadas, o desenvolvimento do P1MC nas comunidades envolve, mobiliza e convoca as famílias a ser parte de todo o processo.

A participação social e comunitária está prevista em todas as etapas de execução do programa. O processo de mobilização tem início com a articulação da comissão municipal, instâncias legítimas de controle social dos programas da ASA, responsáveis pelo processo de seleção das famílias, organização dos eventos e acompanhamento das construções com as equipes técnicas das organizações executoras da ação. Esta comissão é formada, no mínimo, por três organizações sociais com atuação no município.

Há diversos programas que são a base pedagógica e de gestão das águas na rede ASA, reconhecidas e premiadas internacionalmente, no que diz respeito ao combate da miséria, da fome e da escassez hídrica no semiárido brasileiro, são chamadas de tecnologias sociais em que trabalham o território de forma orgânica e rico de potencialidades e possibilidades. Apresentamos alguns dos principais deste programa.

O P1+2: Programa Uma Terra e Duas Águas já construiu 86.562 tecnologias de uso familiar e 1.316 tecnologias de uso comunitário. Objetivo principal é estocar nos tempos de fartura para ter nos tempos de estiagem. criou em 2007 o Programa Uma Terra e Duas Águas, o P1+2. O nome do programa faz jus à estrutura mínima que as famílias precisam para produzirem – o espaço para plantio e criação animal, a terra, e a água para cultivar.

O Programa Cisternas nas escolas já construiu 2.136 cisternas em escolas rurais. tem como objetivo levar água para as escolas rurais do Semiárido, utilizando a cisterna de 52 mil litros como tecnologia social para armazenamento da água de chuva. O maior legado do projeto é envolver todos esses atores – diretores, professores, alunos, pais, funcionários da escola, prefeitura e secretarias municipais – em torno de uma proposta que vai discutir o direito à água de qualidade e o uso sustentável desse bem.

O Sementes do semiárido, criado em 2015 tal programa visa ampliar a convivência com o semiárido e a ampliar a cultura do estoque bem como valorizar a tradição secular das

sementes crioulas, com perspectivas de trabalhar com apoio entre CONAB e as Secretarias de Estado da Agricultura, para que realmente se torne Política Pública.

A distribuição das terras também é extremamente desigual. Segundo o Censo Agropecuário 2006 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 84,4% do total de estabelecimentos rurais brasileiros são unidades da agricultura familiar, que ocupam apenas 24,3% do total de terras destinadas à produção agropecuária. Já as unidades NÃO familiares representam 15,6 % dos estabelecimentos rurais e detêm 75,7% das terras. A concentração também é mostrada comparando-se a área média dos estabelecimentos familiares (18,37 ha) com a dos não familiares (309,18 ha).

Um dado que dá a dimensão da importância da agricultura familiar no Brasil é que 70% dos alimentos que chegam à mesa da população são provenientes do trabalho de quatro milhões de famílias, das quais um pouco mais da metade vive no Semiárido.

Nesse sentido, a ASA defende a produção agrícola de base agroecológica, que entre suas características está o cultivo livre de agrotóxicos. A ASA defende também o acesso à água, a terra e às sementes como condição fundamental para que as famílias do Semiárido brasileiro produzam alimentos que fazem parte de seu hábito alimentar.

3.2.2 ASA Alagoas: uma experiência a se contar...

O semiárido alagoano está localizado nas regiões do Agreste e do Sertão, presente em trinta e seis municípios, a saber: Arapiraca, Lagoa da Canoa, Craíbas, Girau do Ponciano, Igaci, Traipú, Palmeira dos Índios, Quebrangulo, Estrela de Alagoas, Cacimbinhas, Minador do Negão, Major Isidoro, Batalha, Jacaré dos Homens, Monteirópolis, Belo Monte, Pão de Açúcar, Palestina, Jaramataia, Olivença, Olho d'Água das Flores, Santana do Ipanema, Poço das Trincheiras, Ouro Branco, Maravilha, São José da Tapera, Senador Rui Palmeira, Carneiros, Delmiro Gouveia, Piranhas, Olho d'Água do Casado, Água Branca, Canapi, Inhapi, Mata Grande e Pariconha.

Em se tratando da estrutura agrária, na região semiárida alagoana encontra-se de forma mais nítida a contradição minifúndio x latifúndio. A paisagem do latifúndio, centralizando grandes quantidades de terras ocupadas com a pecuária bovina, contracenando com a realidade dos camponeses, com ínfimas porções de terras ocupadas com a produção familiar de culturas de ciclo curto e/ou caprinocultura. Portanto, a questão da posse da terra continua a se situar no centro dos conflitos sociais, uma vez que a concentração de terra aprofunda as desigualdades e a tradicional relação entre propriedade privada, poder político e poder econômico.

Nessa perspectiva, assim como a terra, a concentração da renda está presente, onde cerca de 5% da população da região detém mais de 50% da renda, demonstrando o controle da economia por pequenos grupos de proprietários rurais. A renda é basicamente da agricultura e pecuária e a maior parte da população rural é beneficiária de políticas sociais de transferência de renda.

Caracterizada como uma região bastante diversificada, quanto ao seu povo e sua cultura, são oito etnias indígenas, 12 comunidades quilombolas e inúmeras comunidades camponesas e ribeirinhas. Rico quanto à diversidade étnica e cultural, no semiárido alagoano estão presentes inúmeras festas populares, ligadas a religiosidade popular, como as festas de santos, reisado, pagodes, samba de coco, pega de boi no mato, bem como a pesca artesanal dos ribeirinhos, otoré e pajelanças indígenas, presenças de mulheres resadeiras e parteiras, as festas de Santo Antônio, São João e São Pedro. Culinária muito rica, destacando a buchada de bode, o sarapatel, as farinhadas, que além da transformação da mandioca em beijú e farinha, reúne inúmeras pessoas em volta da raspa da mandioca, transformado – se em um ritual coletivo. Muitos cantores, cancioneiros, emboladores e cantadores de toadas, presentes, nas festas, nas feiras e vaquejadas.

Apesar de as desigualdades sociais e o domínio político das elites conservadoras serem marcas de todo Nordeste, em Alagoas essas características se expressam de forma mais contundente. E, particularmente na região semiárida, um atraso na política, com raízes em práticas como coronelismo, apadrinhamento político e continuísmo de algumas poucas famílias no poder. Em contrapartida, a concentração da terra e renda está nas mãos dessa minoria, caracterizando a necessidade da reforma Agrária e da demarcação dos territórios tradicionais, indígenas e quilombolas.

Há uma descrença por parte da população nos governos locais, e um reconhecimento das políticas públicas em âmbito federal. Essas políticas públicas são mal executadas nos municípios, causando o sucateamento nas áreas mais básicas, como saúde, educação, habitação e segurança. Apontando uma fragilização na participação popular quanto ao controle social dessas políticas públicas.

Ressalta-se, ainda, que a região vem sendo impactada pelos grandes projetos, destacando-se o canal do sertão e a implantação da Vale Verde, que vêm concentrando as águas e as riquezas naturais. Mas, a face resistente da população que vive e convive na região semiárida vem assumindo novos significados, a exemplo do aumento das práticas agroecológicas pelas famílias de agricultores/as familiares, bem como das capacitações para

gerir os recursos hídricos e o manejo das tecnologias sociais, incluindo a apropriação das mulheres quanto essas tecnológicas.

Sinais de esperança e resistência são visualizados, também, na valorização das sementes quanto ao plantio e o armazenamento e na presença de bancos familiares e comunitários de sementes. Os filhos dos agricultores estão tendo mais acesso a formação voltada para as áreas agrícolas e pecuárias, sejam na educação formal e/ou espaços de formação organizados pelos movimentos sociais, seja nas escolas agroecológicas e formação sócio- política.

Enfim, resistência e solidariedade têm marcado a região semiárida alagoana, numa afirmação de que os problemas estruturais e conjunturais – econômicos, políticos, sociais e culturais – persistem e precisam ser enfrentados. Porém, formas de trocas – de saberes, de práticas, de crenças, de experiências, de animais, de sementes, de animação – fazem parte do patrimônio cultural e histórico da população da região e são fundamentais na construção das estratégias e formas de luta por um semiárido sustentável.

Em relação às questões de gênero notam-se muitos avanços quanto à participação das mulheres em processos organizativos coletivos e proposições de políticas públicas. Da mesma forma, tem sido possível visualizar conquistas em direção a discussão de gênero nas diversas entidades que compõem a ASA e avanços diante de programas sociais e econômicos, a exemplo do P1+2, Plano Brasil Sem Miséria - PBSM e grupos produtivos que se mostram de forma mais abrangente, com intervenção permanente das mulheres.

Os espaços políticos de organização da sociedade civil, que eram de domínio total dos homens ou secundário as mulheres, vêm sendo conquistados pelas mulheres, devido a sua capacidade de gestão, mediação e organização, a exemplo dos elencados na região agreste - Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais e Pescadoras (MMTRP) Movimento Pequenos Agricultores (MPA) e Mulheres Indígenas.

Não diferente de outras áreas semiáridas do Brasil, em Alagoas a ASA tem realizado atividades de intercâmbios de experiências entre agricultoras e agricultores, fortalecendo a constituição de espaços específicos para tratar de questões que envolvem conhecimentos e práticas de convivência com o Semiárido, com base na valorização dos saberes acumulados pelas famílias e pelos povos e comunidades tradicionais. Todavia, a percepção comum de todas as microrregiões é que tais experiências são ainda incipientes, necessitando que as entidades componentes da ASA tenham uma atenção especial aos povos tradicionais e promovam momentos mais sistemáticos de diálogos com os grupos, tendo a carta de princípios da rede como norteadora.

Quanto à questão cultural, por mais que as mulheres venham conquistando seus espaços, ainda existe uma discriminação por parte da sociedade que mantém seus aspectos culturais voltado para uma conservação de princípios machistas, mesmo com a desconstrução política, imagética e cultural tão retratada que é “a mulher com a lata d’água na cabeça”.

Do ponto de vista macro percebe-se, ainda, uma fragilização do debate e intervenção da ASA em relação à ocupação dos fóruns e espaços sobre água e gestão política, tais como a questão da transposição do Rio São Francisco, canal do sertão e introdução das cisternas de plástico, mesmo a ASA fazendo parte de diversos espaços políticos como o Comitê da Bacia Hidrográfica, ANA, CEDRAF. Avalia-se que a Rede já teve um papel mais atuante nesses espaços e realizava grandes mobilizações em datas marcantes - semana do meio ambiente, dia internacional da água – onde tirava posicionamentos para barrar alguns projetos divergentes da proposta de convivência com o semiárido.

Podemos concluir que a conjuntura do estado de Alagoas impacta diretamente nos desafios e possibilidade em que a rede ASA enfrenta em sua trajetória. Um estado conservador no que diz respeito a política, com força das oligarquias dominando praticamente todo território alagoano, concentrador de terra e de água, alto índice de analfabetismo e de insegurança alimentar e nutricional, políticas públicas com vies assistencialista. Tais questões são desafios, porque a morosidade em políticas públicas vinculadas a rede Asa Alagoas, a exemplo, do Sementes da Resistência que visa distribuir sementes crioulas ou como são carinhosamente chamadas pelo Guardião das Sementes, Sr. Sebastião Damasceno: “Sementes da Resistência, para todo o território alagoano, que são atendidas ou não pela ASA, transformar em Política Pública. Outro entrave direto a visão socioambiental que a rede defende é a fabricação e distribuição de cisternas de polietileno para o semiárido, que vão na contra mão do trabalho pedagógico e de autonomia que a ASA desenvolve e defende para o território do semiárido alagoano.

3.3 O saber popular e saber acadêmico: combinação possível

Neste tópico discorreremos como desenvolvemos nosso projeto interventivo ao qual culminou neste trabalho de conclusão de curso. Salientamos que optamos por deixar os agricultores familiares falarem e demonstrarem de forma objetiva e sensível a viabilidade de conviver nesta reunião e de que modo colabora para relação necessária entre o homem com a natureza.

Na primeira reunião que realizamos para apresentarmos a proposta do projeto, no dia 23 de outubro de 2014, no auditório da prefeitura de Santana do Ipanema/AL. A metodologia utilizada naquele momento foi a linha do tempo para compreendermos como se deu o processo de constituição daquela microrregião e os marcos históricos importantes para aquele grupo. E objetivo principal de contextualizar a história da ASA ALAGOAS. Destacamos aqui as falas dos agricultores familiares presentes na reunião: *“O conhecimento é muito mais valioso que o bem material”*; *“Preciso de vocês a ASA e essas reuniões é como uma escola para mim”* Sebastião Damasceno, Agricultor Experimentador; *“Foi daqui que ganhamos conhecimento, porque acho importante levar para comunidade”* – Sebastião Damasceno; *Quando eu chego aqui eu me educo, socialmente, Antonio Avelino – Dois Riachos; Que sociedade é essa que vivemos? Se eu não vou produzir, porque eu estou tirando o direito dos outros? – Amilton; “Queremos aprender com vocês e o que a gente puder ensinar a gente ensina também” – Francisco.*

Podemos refletir com tais falas o que FREIRE, nos faz pensar em sua obra Comunicação ou Extensão? Que não somos os detentores do saber, pelo contrário tanto a comunicação quanto o conhecimento é um processo social em constante construção e desconstrução entre os sujeitos que praticam a práxis.

Dentro da construção deste trabalho de conclusão optamos por trabalhar sempre de forma dialogica e reflexiva, uma pesquisa ação e a comunicação popular com atravessamento de todos os momentos, por entendermos que este “objetivo de pesquisa e de extensão” é um organismo vivo e pulsante em cada uma e um que faz esta história de movimento, luta e (re)existência. Sendo assim, deixemos as e os protagonistas desta história falar da importância, dos desafios que pulsam em suas vidas:

Asa é como se fosse um ser que pudesse voar para saciar a quem está precisando; É como uma pessoa carismática, é para todos sem limites , é chegar e acudir a quem tem necessidade. Está com sede e saciar; Entidade que representa o semiárido. Traz coisas novas.

Para analisar o papel da rede Asa na vida dos sujeitos e território que ela passa entrevistamos o coordenador da ASA, pela entidade CDECMA, com sede na cidade de Maravilha/AL. Quando perguntamos para Albani sobre o que representa a ASA para o semiárido alagoano ele nos responde, fazendo um breve relato de marcos históricos “A Asa não é uma entidade como uma associação, Paroquia ou sindicato. Ela é como se fosse um ônibus que pega aqui e ali quem dela quer participar”. Segundo ele e dados da própria rede ASA ela

surge da necessidade da sociedade civil, em 1999 a ONU reuniu vários países do mundo para discutir desertificação no Brasil e discutiu também o combate a seca.

Porém a participação social e o que realmente a população gostaria de destacar não era evidenciado, sendo assim “ao lado do evento se reuniram milhares de entidades, movimentos para discutir a convivência com o semiárido, ou seja, a Asa com essas ações queria mostrar para os governantes que a seca não se acaba e sim se convive” (Albani, CDECMA). Através das tecnologias não há mais relato de pessoas que morrem de sede ou fome. Hoje existe muitas políticas públicas.

Marco legal da rede é a criação da carta de princípios fruto destas discussões do evento da Onu em que mobilizou os movimentos do semiárido, tal carta tinha o objetivo de sistematizar e dar voz as demandas dos povos do semiárido e de articular esses diferentes sujeitos de forma coletiva, ativa e organizada.

Destacamos a importância dos agricultores chamados de “experimentadores”, pois a principal tecnologia social em que a Asa é reconhecida internacionalmente, foi idealizada e construída pelas mãos de um agricultor/ pedreiro inventou a cisternas de placa. Segundo Albani “a cisterna era apenas um modo de chegar, mais o forte da Asa é a mobilização. A Asa reuniu para articular o programa de convivência com o semiárido. Dentro da rede não pode ter órgãos governamentais”. Ele explica também a forma como a rede se organiza dentro de cada território “da Asa municipal são escolhidas três pessoas para fazer parte da microrregião, para levar as informações. Dentro da Asa são instituições não pessoas e por trás das entidades pessoas”.

Ao continuarmos o diálogo percebemos o quanto contar ou relembrar a história da Asa é relembrar e contar um pouco da sua história. O coordenador destaca também que com avanço e democratização do acesso à água para o consumo humano, “a partir de 2005 foi vista a necessidade de água para produção. Foi criado o P1+2 para garantir a segurança alimentar das famílias. Dentro do programa tem a formação (GAPA, SISMA, GRH, intercâmbios, etc)”.

Para além do processo de formação e construção, a rede não perde de vista seu papel de mobilização social, tão necessário para manter viva as necessidades e potencialidades do território. Sendo assim em 2011 a rede conseguiu mobilizar mais de dez mil pessoas para ponte de Petrolina para reivindicar que o contrato do P1MC para não serem feitos cortes e não acabasse e relembraram também que são contra as cisternas de plástico. O coordenador finaliza dizendo que a ASA é de todos e não se luta de forma individual, só unidos que conseguem resultados.

Compreender a História é fundamental para saber aonde deseja chegar e com quem pode-se contar. Dentro desta afirmação refletimos de forma coletiva com os protagonistas desta

caminhada em diversas atividades, conversas formais e informais, registros dos Encontros Estaduais, Territoriais, reuniões administrativas que o saber ele não é unilateral, ele não é excludente e ele não tem como base sólida apenas o saber acadêmico. O saber empírico, o saber popular é o primeiro que chega e que diálogo no mesmo “chão” com tais protagonistas. Colocar-se como ouvinte ativo deste processo é enriquecedor, não é saber mais ou saber menos, como Freire diria, mas é saber construir junto.

Sistematizamos algumas destas falas que reforçam a compreensão da importância do saber acadêmico e o saber dito popular: *“Precisamos aproveitar o potencial dos funcionários que estão na ASA, como os animadores de campo, coordenadores de projeto, comunicadores populares e também os professores da universidade (UFAL, UNEAL) que são nossos parceiros”*(Albani Rocha).

Outra fala que reflete sobre o papel da escuta e do profissional que constrói estes processos de formação, como os cursos *“A gente pensa que sabe de tudo mais não sabe, meu objetivo é aprender para desenvolver o meu trabalho e passar pros outros”*. (Juan, Animador de GAPA).

A oralidade é a base de comunicação entre as/os agricultoras/es e a fala cantada ou declamada em pequenos versos de poesia faz parte do cotidiano das atividades e eventos desta rede, *“A Asa está com a gente/ Com isso vamos contar/ Pois estão aqui presente/ Pronto pra nos ajudar/ Obrigado todos da Asa/ Que nos passam muito saber/ Pois nós estamos dispostos/ Com vocês aprender. (Francisca, poeta e agricultora).*

Porém as pesquisas realizadas e contribuições das Universidades, Institutos Federais que são parceiros da rede Asa são importantes para desmistificar e dar subsídios para a análise de conjuntura e de contexto socioeconômico da rede.

4 MATERIAL E MÉTODOS

Essa pesquisa partiu do levantamento de dados bibliográficos e utilizamos a pesquisa ação, de base política. No primeiro momento realizamos reunião de sensibilização com a coordenação estadual da rede Asa para apresentar o projeto e buscar apoio na sua execução.

Após realizamos reunião na microrregião do Médio Sertão I para apresentar a proposta e realizar Diagnóstico Rural Participativo, segue em anexo. Utilizaremos linha do tempo para contextualizar historicamente o processo desde o surgimento até o presente momento da articulação semiárido na região. Neste momento utilizamos conjuntamente a entrevista semiestruturada para ter panorama da região em que frisamos diversos aspectos da realidade local.

Utilizamos em todo o processo técnicas de metodologias participativas como linha do tempo, reunião problematizadora, tempestade de ideias, oficinas, entre outras. Uma das principais questões trabalhadas foi a observação participante, diante do espaço estratégico ocupado enquanto assessoria pedagógica.

Vale salientar que todo esse processo foi articulado as ações e demandas a cumprir da função exercida naquele momento.

5 CONCLUSÕES

Diante do exposto podemos concluir que a relação do homem com a natureza se deu de forma harmônica durante os primórdios da humanidade, porém com o desenvolvimento das forças produtivas e afastamento do homem das suas barreiras naturais ele não mais depreda a natureza pura e simplesmente para sua própria subsistência, mas sim para fins de obtenção do lucro, o que chamam de produção destrutiva.

A paisagem do semiárido alagoano se transformou ao longo desses anos. As cisternas de placas - resultado do Programa 1 Milhão de Cisternas (P1MC) – têm servido de suporte para o abastecimento potável de água para centenas de famílias da região. Acrescenta-se a isto, a ampliação da rede abastecimento de água para a produção, estruturada pelo Programa 1 Terra e 2 Águas (P1+2), que em muito tem contribuído para dinamizar a agricultura familiar e o desenvolvimento regional.

Em relação à dimensão agroecológica e o respeito ao meio ambiente, pertinente destacar que a ASA tem como perspectiva contribuir na construção de um projeto de desenvolvimento sustentável, que valorize a região e suas potencialidades e também as pessoas, com suas culturas, sabedorias, criatividade e jeitos de ser e de viver. Os processos agroecológicos implementados, especialmente o de conservação da diversidade cultural das sementes locais, também conhecidas como sementes tradicionais, nativas, crioulas, têm motivado as experiências dos Bancos Comunitários e ajudam a expressar a identidade, a rica cultura alimentar da população e a valorização da diversidade ambiental.

Outras experiências implementadas pela ASA, sejam específicas das microrregiões, sejam em todo semiárido alagoano, demonstram a amplitude e a consistência das ações da Rede e têm contribuído diretamente para potencializar a visão de um semiárido sustentável, contrariando a visão de uma região destinada à pobreza por conta de suas características ambientais. Dentre as experiências destacam-se: a parceria com os governos para capacitação e formação de bancos comunitários de sementes; elaboração e divulgação da “Cartilha de Sementes da Resistência; formação do grupo de agricultores/as experimentadores/as de produção sem agrotóxicos; aprovação da Lei Estadual de Sementes e da Lei do Programa Estadual de Banco de Sementes e de Ferramentas; envolvimento das entidades no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Enfim, trajetórias e experiências que demonstram que mesmo lidando com uma estrutura econômica, social e política perversa, houve conquistas na garantia dos direitos das populações, fruto da força e união da sociedade civil e das lutas/políticas públicas voltadas para

o campo. Contudo, a análise apresenta também um conjunto de fraquezas, tais como: falta de apoio financeiro; falta de incentivo, acomodação das lideranças, estrutura pública e humana fragilizada, descontinuidade dos trabalhos e insuficiência de investimento em processos de educação popular.

Em se tratando especificamente das entidades que compõem a Articulação do Semiárido, importante lembrar, que contribuir para que os indivíduos se constituam sujeitos políticos e autônomos, na construção de um semiárido socialmente justo, culturalmente plural, economicamente viável, politicamente ético e ecologicamente sustentável, tem sido a missão da ASA. Nesse sentido, a Rede em Alagoas vem afirmando sua identidade de articulação, lutando por direitos de homens e mulheres, agricultores/as camponesas na construção de um semiárido sustentável, por ser rico em cultura e vida.

Por fim, reforça-se o desafio de cada instituição da ASA se realimentar politicamente para atender o papel que se propôs enquanto Rede - que é construir saídas coletivas para um semiárido, rico, livre e justo, levando em conta cada ator político, como as ASA's municipais que são atores sociais fundamentais no processo de construção da missão.

É notório que os resultados esperados não foram por completo alcançados devido a diversas dificuldades no decorrer do processo de execução. Tais como: mudanças na execução do cronograma, troca de orientadores, alterações nas dinâmicas de reuniões das microrregiões, alguns arquivos foram extraviados, conseguimos nos aprofundar na fundamentação teórica e pesquisa bibliográfica.

A rede ASA tem se notabilizado em desenvolver ações e projetos visando apoiar processos sustentáveis de agricultura, incluindo-se, nesta direção, a via agroecológica. Assim, instituições integrantes devotam esforços para o desenvolvimento da agricultura familiar trilhando o caminho da agroecologia como alternativa. O que pudemos perceber nas atividades desenvolvidas por esta rede ao decorrer dos seus quinze anos.

REFERÊNCIAS

ASA. **Declaração do Semi-Árido – Proposta da sociedade civil para a convivência com o semi-árido e o combate á desertificação.** Recife, 26de novembro de 1999.

ASA Alagoas. Plantando diversidade, colhendo sustentabilidade no semiárido. [S.l: s.n], 2015. Disponível em: asaalagoas.blogspot.com

ASA. **Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o SemiÁrido: Um Milhão de Cisternas Rurais – P1MC.** Recife, agosto de 2001 (texto)

BASTOS, Fernando. **O desenvolvimento e a natureza simbólica do progresso.** Revista de Economia política Maceió, vol. 1, n. 1, p. 9-31, jan./abr. 2007.

CONTI Irio Luiz; SCHROEDER Edni Oscar (org.). **Convivência com o Semiárido Brasileiro: autonomia e protagonismo social.** Brasília: IABS, 2013. Disponível em: <https://www.asabrasil.org.br/images/UserFiles/File/convivenciacomosemiariodobrasileiro.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2015.

FOLADORI, Guillermo. **Limites do desenvolvimento sustentável.** São Paulo: Editora da Unicamp, 2001.

FONSECA, Maria Teresa Lousa. **A extensão rural no Brasil, um projeto para o capital.** São Paulo: Loyola, 1985.

FONTES, Cinthia. **Crise Capitalista e Crise Ambiental: desvendando o projeto de transposição do rio São Francisco no governo Lula.** 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal de Alagoas.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

SCHROEDER Edni Oscar [et al.]. **Construindo Saberes, Cisternas e Cidadania: formação para a convivência com o Semiárido Brasileiro.** Brasília: IABS, 2013. Disponível em: http://plataforma.redesan.ufrgs.br/biblioteca/pdf_bib.php?COD_ARQUIVO=18178. Acesso em: 15 fev. 2015.